

**DEPUTADO PEDRO GOMES**  
**INTERPELAÇÃO AO GOVERNO REGIONAL**  
**SOBRE POLÍTICA DE SAÚDE**  
**HORTA 04 DE ABRIL 2006**

**Senhor Presidente**  
**Senhores Deputados**  
**Senhores Membros do Governo**

O Grupo Parlamentar do PSD suscita na Assembleia Legislativa uma interpelação ao Governo Regional sobre política de saúde, com o objectivo de proceder a um balanço de dez anos de governação da responsabilidade do Partido Socialista e a uma avaliação do desempenho do IX Governo Regional, que se assumiu como um "governo de continuidade" em relação aos que lhe antecederam.

A área da saúde é o maior fracasso da governação socialista.

Apesar dos milhões de euros gastos no Serviço Regional de Saúde, das promessas repetidas até à exaustão, das comissões e grupos de estudo sucessivamente nomeados, das alterações legislativas aprovadas neste Parlamento, das repetidas mudanças de titular da pasta, **o sistema de saúde está à beira do colapso.**

Os utentes desconfiam dum sistema de saúde que não lhes presta saúde a tempo e horas.

Os cidadãos estão descontentes porque não obtêm dum serviço público a satisfação dos seus mais elementares direitos de cidadania. Hoje, aceder ao serviço regional de saúde através dum médico de família, tornou-se difícil, se não mesmo, impossível!

Os profissionais de saúde estão desalentados, sem esperança no sistema de saúde para o qual trabalham, que, ano após ano, se transformou numa espiral de burocracia, confusão e desorganização.

Concebido como um sistema assente nos cuidados primários de saúde e nos médicos de família, o serviço regional de saúde tem as suas prioridades invertidas, com isso penalizando os seus utentes - afinal todos nós!

Há oitenta mil açorianos sem médico de família, trinta mil dos quais em Ponta Delgada.

Sem médico de família – afinal há apenas 125 clínicos gerais em todo o sistema público de saúde – os utentes voltam-se, em desespero de causa, para as urgências hospitalares e dos centros de saúde, as quais se transformam no meio de acesso dos doentes aos cuidados de saúde.

Entre 1996 e 2004, o número de atendimentos nas urgências dos hospitais cresceu 30%.

No mesmo período de tempo, o número de consultas de clínica geral diminuiu 24,7%.

O Hospital do Divino Espírito Santo tem mais de 4.000 doentes em lista de espera para cirurgia, alguns desde 1997 e 1.200 há mais de dois anos.

Neste hospital, a lista de espera para a consulta de neurocirurgia é de 12 meses, a de neurologia é de 9 meses, a de oftalmologia ou de urologia é de 6 meses.

No Hospital do Santo Espírito, em Angra do Heroísmo, a lista de espera para a consulta de cardiologia é de 9 meses, a de psiquiatria é de 5 meses.

No Hospital da Horta, a lista de espera para a consulta de estomatologia ou de ginecologia é de 6 meses.

No Centro de Saúde das Flores, o serviço de atendimento permanente tem um enfermeiro entre as 8 e as 16 horas.

No mesmo Centro de Saúde, os médicos estão em regime de prevenção as vinte e quatro horas do dia.

Nos Centros de Saúde da Ilha do Pico a situação já é diferente.

O serviço de atendimento permanente tem um enfermeiro a trabalhar entre as 8 e as 16 horas, enquanto os médicos apenas estão em regime de presença física, entre as 8 e as 20 horas.

Ao longo dos últimos dez anos, a Região gastou mais de 2 mil milhões de euros – cerca de 400 milhões de contos – no sistema de saúde.

Por mês gastaram-se 16,5 milhões de euros – cerca de 3,3 milhões de contos, sem que a Região saiba em que gasta e como gasta.

A SAUDAÇOR, designada pelo PS “como a solução para o financiamento” do sistema de saúde, depois dos governos socialistas já terem experimentado o Instituto de Gestão Financeira da Saúde, é apenas um instrumento de desorçamentação.

A SAUDAÇOR é um monstro endividado!

Em apenas dois anos, a SAUDAÇOR beneficiou de 160 milhões de euros em avales e que atinja pelo menos 200 milhões de euros, no final de 2006, o que denota a existência dum passivo elevado.

Em 1999, o PS fez aprovar nesta Assembleia o Decreto Legislativo Regional nº 28/99/A, de 31 de Julho, contemplando alterações ao Estatuto do Serviço Regional de Saúde e criando as Unidades de Saúde de Ilha.

Em sete anos, apenas uma entrou em funcionamento: a Unidade de Saúde da Ilha do Pico, cujos resultados nunca foram avaliados.

Como dizia o Príncipe de Salinas, no Leopardo, de Lampedusa, “é preciso tudo mudar, para que permaneça tudo como está”.

É certo que o Serviço Regional de Saúde presta hoje mais cuidados diferenciados, que as taxas de mortalidade infantil diminuíram, que há uma modernização das estruturas físicas em algumas unidades de saúde.

Porém, o essencial ficou na mesma: os cidadãos que não têm dinheiro para recorrerem à medicina privada ou uma “cunha” no Serviço Regional de Saúde, arriscam-se a não ter, em tempo útil, cuidados de saúde de qualidade.

Isto para o PSD e para todos os Açorianos é inaceitável!

**Senhor Presidente**

**Senhores Deputados**

**Senhores Membros do Governo**

A sub-orçamentação tornou-se uma prática corrente, sem o que o Governo Regional tome medidas para a corrigir, apesar dos sucessivos relatórios do Tribunal de Contas alertando para os riscos legais e de gestão que tal prática comporta.

Na apreciação da Conta da Região relativa ao ano de 2003, o Tribunal de Contas refere que, dos 152 milhões de euros de dívida acumulada do Serviço Regional de Saúde, 115 milhões de euros foram gastos sem cabimento orçamental, violando a Lei.

Neste momento, correm cinco processos na Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, em que são arguidos administradores de unidades de saúde da Região, pela prática de infracções financeiras daquela natureza.

Apesar dos recursos colocados à sua disposição, o PS já provou a sua incapacidade para reformar o serviço regional de saúde.

Como diz a canção "dez anos é muito tempo"!

Sem um rumo claro para a política de saúde, habituado a gastar dinheiro sem olhar a como, o PS é o grande responsável pelo descalabro do Serviço Regional de Saúde.

O resultado está à vista: hospitais que prestam cuidados polivalentes - desde cuidados primários de saúde a cuidados diferenciados, unidades de saúde geridas com base em soluções ultrapassadas e ineficazes, com recursos humanos escassos em muitas áreas e com estatutos remuneratórios desajustados a uma eficaz gestão, ausência dum sistema de controlo de gastos.

Como responde o Governo socialista a tudo isto?

Deixa o Governo da República alterar o protocolo que permitia a formação e o posterior regresso à Região de médicos especialistas.

Faz publicar a Portaria nº 4/2006, de 5 de Janeiro a regulamentar um regime de celebração de convenções, pouco transparente e de decisão discricionária do próprio Secretário Regional dos Assuntos Sociais - porque será? - sem consulta às unidades de saúde e sem estabelecer previamente as áreas clínicas prioritárias para a celebração de convenções com prestadores de saúde privados.

Mantém em vigor um Plano Regional de Saúde, sem orientações ou estratégias, mais parecendo o relatório de actividades duma qualquer sociedade comercial.

Constitui mais um grupo de trabalho para estudar "a reforma dos custos das acessibilidades ao Serviço Regional de Saúde".

Adia, para data desconhecida, a Carta Hospitalar e a Carta dos Equipamentos da Saúde.

Não investe na aplicação dum estatuto remuneratório experimental que permita a contratação de mais especialistas de medicina geral e familiar, nem recorre ao novo quadro jurídico de contratação previsto para a função pública.

Ignora uma solução de fundo para a crónica ausência de candidatos aos concursos lançados pelas unidades de saúde para a contratação de pessoal médico.

Finge desconhecer as conclusões do relatório da Comissão Eventual para o Estudo do Financiamento do Serviço Regional de Saúde, aprovados por esta Assembleia.

Ordena à SAUDAÇOR que se endivide ainda mais, e mais ainda.

**Senhor Presidente**

**Senhores Deputados**

**Senhores Membros do Governo**

*“A Saúde é a maior área de negócios em todo o mundo, e, geri-la, implica um domínio dos conceitos modernos técnico-científicos e de gestão.*

*O tipo de recursos humanos que tem e exige, o equipamento tecnológico que lhe é inerente e os montantes financeiros envolvidos, tornam a saúde uma das áreas mais complexas de gestão”.*

A citação é do Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais, no debate do Programa do Governo em funções.

Estas palavras, afinal, ilustram bem o estilo de Governação do PS: a prática é o contrário do que se proclama.

Onde falta vontade política, sobra talento retórico.

Quando a realidade é desoladora, sobra sempre a crítica ao passado dos outros e o argumento – sempre recorrente – de que a vitória eleitoral tudo justifica.

Em Junho de 2002, o Presidente do Governo Regional lançava um desafio aos partidos da oposição para se *“sentarem à mesma mesa com o executivo regional e reflectirem sobre os grandes desafios da Região, entre eles (...) o Serviço Regional de Saúde”*.

Passados quatro anos, o Senhor Presidente do Governo Regional nunca teve tempo ou interesse em discutir com a oposição novas soluções para o Serviço Regional de Saúde.

Está no seu direito, muito embora os Açorianos fiquem a perder com o autismo da maioria socialista.

Ainda em 2002, o Senhor Presidente do Governo Regional, depois de efectuar uma cirurgia no Serviço Regional de Saúde declarou que *“os ricos ou governantes como, quando vão a um serviço de urgência, devem pagar para que prestemos melhores cuidados gratuitos àqueles que não têm possibilidades”*.



Numa simples frase, desmentiu o seu Secretário dos Assuntos Sociais, Francisco Coelho, que afirmara o contrário.

Passados quatro anos, resta saber o que pensarão hoje.

Contradições e hesitações, afinal a marca da política do PS na área da Saúde.

Porém, Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhores Membros do Governo, o que é estranho é que o Governo Regional não tenha apresentado a esta Assembleia qualquer iniciativa legislativa destinada a reformar o Serviço Regional de Saúde nestes quatro anos ou, sequer, nesta legislatura.

O Governo Regional prefere, como tem feito o Secretário Regional dos Assuntos Sociais, fazer dos profissionais de saúde os culpados da má gestão socialista.

A instabilidade na pasta da Saúde, com cinco responsáveis em 10 anos, adiou reformas urgentes.

Tal como os doentes, continuamos em lista de espera para uma boa política de saúde.

Infelizmente para os Açorianos, este Governo já não vai a tempo de recuperar o tempo perdido!

Ao longo de dez anos, o PS perdeu tempo e os Açorianos começam a perder a paciência!

